



LIDO

EM ___ / ___ / ___

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

1º Secretário

GP nº 369/2021

Petrópolis, 15 de abril de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei que
**“Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o
Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências”.**

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero protestos de elevada estima
e consideração.

Atenciosamente

HINGO HAMMES:07876595766

Assinado de forma digital por HINGO

HAMMES:07876595766

Dados: 2021.04.15 17:11:47 -03'00'

HINGO HAMMES

Prefeito Interino

Exmo. Sr.

VEREADOR FRED PROCÓPIO

DD. Presidente Interino da Câmara Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N°

DE

DE 2021

**EMENTA: “DISPÕE SOBRE AS
DIRETRIZES PARA
ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Petrópolis, para o exercício financeiro de 2022, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da CFRB/88, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, ao disposto no Estatuto das Cidades e na Lei Orgânica do Município de Petrópolis, promulgada em 10 de outubro de 2012, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - as metas e riscos fiscais;

III - as diretrizes gerais para o orçamento anual;

IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

V – as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – as disposições finais.

CAPÍTULO I



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

**METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 estarão especificadas na Lei do Plano Plurianual (PPA), para o quadriênio 2022 a 2025, na oportunidade de sua aprovação, destinado a mensurar as diretrizes definidas em ações, programas e projetos, em conformidade com as diretrizes gerais, metas físicas e planos de investimentos para o exercício.

§ 1º - A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I – provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais e fiscais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II – compromissos relativos ao serviço da dívida pública municipal;

III – despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração pública municipal;

IV – valores destinados a manutenção da educação básica, em ações e serviços públicos de saúde e destinados a ações de assistência social;

V- conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta da Lei Orçamentária Anual, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no § 2º do art. 167 da CFRB/88.

§ 3º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

§ 4º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços de saúde, em cumprimento do mínimo de aplicação dos recursos, determinados pela CFRB/88.

Art. 3º - A elaboração e a aprovação da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, bem como sua execução, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta do resultado primário consolidado do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

CAPÍTULO II
METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 4º - Integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública para o exercício a que se referem e aos dois seguintes; e os Anexos de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem, de que tratam os §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO III
DIRETRIZES GERAIS PARA O ORÇAMENTO ANUAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, que compreende os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será elaborado e aprovado obedecendo ao princípio da publicidade, promovendo a transparência da gestão fiscal e permitindo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, em cumprimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

§ 1º - Serão divulgados pelo Poder Executivo em Diário Oficial do Município e/ou pela internet, conforme disposto nos artigos 48 e 48-A, da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000:

I – a estimativa das receitas de que trata o § 3º, do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

II – a Lei Orçamentária e seus anexos;

III – os decretos de abertura de créditos adicionais e seus anexos;

IV – a execução orçamentária e financeira;

V – o montante de restos a pagar inscritos;

VI – o montante de precatórios.

§2º - O Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão realizar audiência pública para tratar do Projeto de Lei Orçamentária Anual, que contará com a participação de entidades de controle social, conforme disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e no art. 44 do Estatuto das Cidades.

Art. 6º - Os dados compilados das propostas relativas às despesas orçamentárias dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo, e demais relatórios que consolidam o Projeto da Lei Orçamentária Anual, deverão ser encaminhadas ao órgão central responsável pela gestão orçamentária, devidamente validados pelo titular da pasta, até a data limite de 30 de junho de 2021.

Art. 7º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada de modo a atender à função legislativa e às necessidades de manutenção e aperfeiçoamento da estrutura administrativa legislativa, na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

devendo ser encaminhada ao Poder Executivo para análise e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, até o dia 30 de junho de 2021.

Parágrafo único - Para fins de cumprimento do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, o legislativo municipal elaborará a proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2022 tendo como base de cálculo a receita efetivamente realizada nos 12 meses anteriores a elaboração da proposta orçamentária.

Art. 8º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual e nos quadros que o integram, serão elaboradas a preços correntes, projetada conforme a metodologia de cálculo disposta nesta Lei.

Art. 9º - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de um por cento da receita corrente líquida – RCL, prevista na mesma Lei Orçamentária Anual, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive as calamidades públicas e situações de urgência, conforme inciso III, do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 10 - A Lei Orçamentária Anual conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais em nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas; e

III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo único - A adequação da despesa à receita, de que trata o *caput* deste artigo implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022, pelas Unidades Gestoras.

Art. 11 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual a ser encaminhado ao Legislativo será constituído de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo desta Lei;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; contendo a receita e a despesa, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos.

Art. 12 - A estrutura do Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária e a despesa por função, subfunção, programa de governo, ação e fonte de recursos.

§ 1º - Os programas, para atingir seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§ 2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

Art. 13 – As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão de serviços públicos constarão da Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifique, obedecendo a legislação vigente.

Art. 14 – A Lei Orçamentária Anual incluirá, ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I – da dívida Fundada;

II – da despesa por funções;

III – da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

IV – da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;

V – da despesa, por fonte de recursos e por categoria econômica por Unidade;

VI – da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais;

VII – da evolução da despesa por fonte de recursos e por categoria econômica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

- VIII – da síntese da despesa por fonte de recursos;
- IX – da despesa por programa;
- X – dos projetos e atividades finalísticas consolidados;
- XI – da compatibilidade das metas da programação dos orçamentos contendo os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101 / 2000.

Art. 15 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício 2022, os índices do IPCA/IBGE, apurado no exercício anterior a referência da LDO.

Seção II

Diretrizes para o Orçamento Anual

Subseção I

Organização, Estrutura e Elaboração do Orçamento

Art. 16- O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da CFRB/88, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I – das contribuições sociais previstas na CFRB/88;
- II – das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- III – da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas no âmbito dos Encargos Previdenciários do Município de Petrópolis;
- IV – do orçamento fiscal.

Parágrafo Único – A destinação de recursos para atender despesas com ações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 17 – O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

I - as receitas da Seguridade Social por natureza, identificando a fonte de recurso correspondente a cada cota parte, a natureza de receita, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4320/1964;

II - a despesa da Seguridade Social por unidade orçamentária e a fonte de recurso correspondente.

Art. 18 – A proposta Orçamentária para 2022 consignará recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNCRIA, em atendimento ao disposto no art. 203 da CFRB/88.

Subseção II

Alterações Orçamentárias e Programação da Despesa

Art. 19 – A abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos estabelecidos em lei, deverá visar o alcance dos objetivos das atividades ou a viabilização dos resultados almejados nos programas e ser justificada sempre que as alterações afetarem a programação finalística do governo, discriminada no Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 20 – Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Incluir, Excluir, Alterar e Transferir ações, desde que não resultem no desequilíbrio entre receita e despesa;

II – Transportar, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentárias ou em Créditos Adicionais, em decorrência da Extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como alterações de suas competências



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

ou atribuições, mantida o funcional programático.

III – Promover ajustes na codificação orçamentária, inclusive nas Fontes de Recursos e Sub-Fontes de Recursos, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação;

IV – Alterar títulos e códigos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal;

V – Promover ajustes de Fonte de Recursos e Sub-Fontes de Recursos, de acordo com as necessidades de execução, por motivos de ordem técnica ou legal, devidamente justificado pela Unidade Gestora, mantido o valor total, não havendo desequilíbrio entre receita e despesa, e observadas as vinculações de aplicação previstas na legislação;

Parágrafo Único: as alterações orçamentárias de que tratam o artigo poderão ser realizadas por Decreto e não oneram o limite de abertura de Crédito Adicional previsto no artigo 21 desta Lei, bem como no limite previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 21 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária, em valor ou percentual não superior à legislação vigente, além de autorização para abertura de crédito suplementar, nos termos do inciso I, do art. 7º da Lei 4.320/1964.

§ 1º – A autorização para abertura de créditos suplementares, contida na Lei Orçamentária Anual, terá como limite o percentual de 30% do total do orçamento.

§ 2º – O Poder Executivo, a fim de cumprir as metas físicas e limites estabelecidos constitucionalmente, está autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando a metodologia de cálculo baseada na tendência de arrecadação do exercício, conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

estabelecido no § 3º, do art. 43 da Lei 4.320/1964, com o respectivo demonstrativo de cálculo.

§ 3º – O Poder Executivo, a fim de cumprir os contratos de repasse e convênio, operações de crédito e instrumentos congêneres, estabelecidos formalmente entre os Entes, está autorizado a abrir créditos adicionais, utilizando como fundamento o termo contratual, nos limites do valor contratado e vigência, bem como considerando a execução contratual, conforme estabelecido no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 22 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais suplementares de quaisquer recursos, inclusive os provenientes das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 6º desta Lei, para clubes e associações ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos sejam destinados a programas específicos desenvolvidos por entidades privadas, sem fins lucrativos, que atinjam seu objetivo social e, em especial, a creches e instituições de atendimento ao pré-escolar, ao idoso, às pessoas com deficiência, às entidades de proteção ao meio ambiente e de proteção e defesa dos animais.

Art. 23 – É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam ações de interesse público, observado o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e legislação municipal vigente.

Parágrafo único – Entendem-se como ações de interesse público, as atividades voltadas para promoção e defesa de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras, conforme disposto no *caput*.

Art. 24- A concessão do incentivo constante na Lei Municipal nº 7.916, de 27/12/2019 se dará progressivamente da seguinte forma:

I – o limite de 0,5% da arrecadação do IPTU do ano anterior no seu primeiro ano de vigência;

II – o limite de 1% da arrecadação do IPTU do ano anterior em seu segundo ano de vigência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

III – o limite de 1,5% da arrecadação do IPTU do ano anterior a partir do terceiro ano de vigência.

Subseção III

Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 25 - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como parâmetros na elaboração de suas propostas orçamentárias para despesas com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento até 31 de maio de 2021, projetada para o exercício de 2022, considerando os acréscimos legais, admissões e eventuais reajustes públicos municipais, nos limites dos percentuais previstos na legislação vigente.

§ 1º – O Poder Executivo e o Poder Legislativo, mediante autorização legal, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou por meio de convênios e, por ato administrativo admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras contidas no art. 16, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000, e no art. 169, § 1º, inciso II da CFRB/88;

§ 2º – Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 26 – O relatório bimestral de execução orçamentária de que trata o art. 165, § 3º, da CFRB/88 conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 27 – O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos às atividades que, simultaneamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente, salvo expressa disposição legal em contrário;

III – não caracterizem relação direta de emprego, nos termos da legislação vigente.

Art. 28 – O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, o disposto na norma constitucional e o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 29 – O Poder Executivo e o Legislativo adotarão medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso ultrapassados os limites prudenciais estabelecidos no art. 22 da Lei Federal Complementar nº 101/2000, regulamentado por ato normativo próprio.

Seção III

Disposições sobre a Execução e Limitação do Orçamento

Art. 30 - O Poder Executivo deverá publicar, após a sanção da Lei Orçamentária Anual, decreto de execução orçamentária contendo metas de arrecadação e cronograma de desembolso, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 31 – Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 29-A c/c o art. 168 da CFRB/88, na forma de duodécimos.

Art. 32 – A Secretaria de Fazenda deverá avaliar o comportamento da realização da receita quanto ao cumprimento de metas do resultado primário e nominal, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei Federal Complementar nº 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Art. 33 – Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas de resultado primário ou nominal, será fixado percentual ou valor de limitação para o conjunto de projetos e atividades, proporcional à participação do Poder, excluídas as relativas às:

I – despesas integrantes desta lei que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II – despesas ressalvadas integrantes desta lei, conforme art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

III – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2022 referentes a doações e convênios.

Art. 34 - Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o §3º, do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993, bem como os estabelecidos pela Nova de Lei de Licitações, conforme o caso.

Art. 35 - Ficam os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, autorizados a efetivar contratos, convênios e compromissos, no âmbito da sua administração, disponibilizando quando necessária a contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

§1º - A contrapartida de que trata o *caput* poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das suas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§2º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o Crédito Adicional necessário à implementação e execução dos contratos, convênios e compromissos, de que trata o *caput*.

Art. 36 – A celebração de contratos, convênios e termos de compromissos devem previamente observar a disponibilidade orçamentária e a capacidade financeira para atender seu impacto, e sejam compatíveis com outras metas estabelecidas no Plano Plurianual do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 - As receitas provenientes de tributos para o orçamento de 2022 serão estimadas e discriminadas da seguinte forma:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal; e

II - considerando os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, bem como modificações da legislação tributária nacional ou estadual.

Art. 38 – O Projeto de Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá observar a devida mitigação de despesas em valor equivalente, caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 39 – O Orçamento poderá contemplar programas destinados à modernização da gestão tributária e da gestão de setores sociais da Administração Pública, propiciando a obtenção de recursos para financiamento de projetos, de modo a proporcionar maior qualidade e oferta de mecanismos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços prestados pelo Município, conforme autorização prevista em Lei, se necessária.

Parágrafo Único – Lei própria especificará os casos e as condições em que empresas que apoiem ou desenvolvam projetos sociais sejam contempladas com a dedução de tributos para efeito de incentivos fiscais.

CAPÍTULO V



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 – Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

Art. 41 – As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal.

Art. 42 – As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, nas programações a cargo da Secretaria de Fazenda, conforme plano financeiro nos termos do art. 100 da CFRB/88.

Art. 43 – A Procuradoria Geral encaminhará à Secretaria de Fazenda, até 10 de julho de 2021 a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022, conforme determina o art. 100, § 1º, da CFRB/88.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44 – A prestação de contas anual do Prefeito incluirá relatório de execução na forma e detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único – Da prestação de contas anual constará informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual, conforme artigo 74 da CFRB/88.

Art. 45 – O detalhamento da despesa, bem como a abertura de créditos adicionais relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total de cada categoria de programação e dos respectivos valores fixados em cada nível de classificação indicado na Lei Orçamentária Anual, será autorizado, no seu âmbito, mediante ato do Presidente da Mesa.

Art. 46 – Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

Parágrafo Único – A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da CFRB/88, poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência mencionada no *caput* deste artigo.

Art. 47 – O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 será encaminhado à Câmara Municipal, até 31 de agosto de 2021, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até o final da sessão legislativa do presente exercício, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 1º – Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado até o término da sessão legislativa, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.

§ 2º – Caso o projeto a que se refere o *caput* não seja promulgado até 31 de dezembro de 2021, a programação da lei orçamentária anual proposta originalmente poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2022, para atendimento as seguintes despesas, até o término do processo legislativo:

I – pessoal e encargos sociais;

II – compromissos relativos ao serviço da dívida pública municipal;

III – manutenção da educação básica, ações e serviços públicos de saúde e destinados a ações de assistência social, observando os limites de efetiva arrecadação;

IV – precatórios judiciais;

V – sentenças e custas judiciais;

VI – concessionárias de serviços públicos;

VII – operações de crédito, até o limite da efetiva arrecadação;

VIII – contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, formalmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

pactuados;

IX - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada programa de trabalho orçado de cada Unidade Gestora.

Art. 48 – Na oportunidade de apreciação de que trata o artigo 47 desta lei, as emendas ao Projeto de Lei do orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas, conforme dispõe o artigo 107, §3º da Lei Orgânica do Município, caso:

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as Diretrizes Orçamentárias;

II – Indiquem os recursos necessários, por anulação parcial de dotações, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e encargos;

b) serviços da dívida pública municipal;

c) transferências de recursos para Administração Indireta e Fundacional;

III – Sejam relacionadas:

a) com correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 49 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém.

HINGO HAMMES:07876595766

Assinado de forma digital por HINGO
HAMMES:07876595766
Dados: 2021.04.15 14:29:15 -03'00'

HINGO HAMMES

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos da Constituição Federal e nos termos da Lei Orgânica deste Município, o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 – LDO 2022.

Este projeto de lei foi elaborado com absoluta observância às orientações constitucionais e infraconstitucionais, em especial, no que se refere ao disposto na Lei Complementar 101/200 – Lei de Responsabilidade Fiscal e no disposto na Lei Federal 4.320/1964, que dispõe sobre direito financeiro, além de observar o disposto nas regras técnicas estabelecidas pelo Tesouro Nacional e orientações exaradas pela Corte de Contas.

O projeto de lei foi estruturado de modo a conter disposições acerca das metas e prioridades da Administração Pública Municipal; das metas e riscos fiscais; das diretrizes gerais para elaboração do orçamento anual; das disposições sobre alteração tributária e relacionada à dívida pública.

Além do texto de lei, a LDO/2022 é composta de demonstrativos obrigatórios, contendo uma prospecção fiscal do município, com estudos relacionados ao cenário de receita e despesa; projeções do cenário da dívida pública municipal; dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

riscos fiscais; das metas fiscais esperadas; e prospecções da situação previdenciária.

Importante mencionar que as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício de 2022, contendo os Programas, Projetos e Ações serão devidamente pactuadas na oportunidade de apresentação do próximo Plano Plurianual, para o quadriênio de 2022/2025, a ser enviado ao legislativo no segundo semestre deste ano.

Por fim, esclareço que acompanha esta mensagem, documento demonstrando a metodologia de cálculo utilizada e o cenário econômico encontrado, que serviu de balizador para a elaboração deste projeto.

Desse modo, Senhor Presidente, ao encaminhar o presente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares, meus protestos de estima e consideração.

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Para elaboração da projeção das Metas Fiscais Anuais, a metodologia de cálculo segue a progressão histórica da arrecadação municipal, a evolução da Dívida Pública e do Patrimônio Público, as oscilações econômicas ocorridas e previstas para os anos em projeção, e ainda, as diretrizes administrativas e o planejamento tributário para os anos propostos.

Os valores foram calculados considerando os índices de inflação do IPCA (IBGE) e do IGP-DI (FGV), a situação econômica atual e o cenário macroeconômico apresentado nos dois anos seguintes, conforme determina § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidades Fiscal.

Foram retirados dados e indicadores de instituições financeiras reconhecidas, tornando as avaliações realizadas pela Prefeitura Municipal, mais próximas possível da realidade do Município.

Além disso, para a projeção dos valores das receitas municipais, foram utilizados dados históricos da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, aliado a indicadores econômicos e considerando margem de erro, com valores estimados e balizadores da Lei Orçamentária anual.

Nesta linha, também foram verificadas as informações em sites especializados para constatação do cenário econômico do Brasil para o próximo ano, que afetará o município de Petrópolis.

Cenário Econômico de 2022

- a) Expectativa de diminuição do PIB, com recuperação apenas para o exercício de 2023,;
- b) Previsão de uma taxa de inflação de 3,90 a 3,00% ao ano, a partir de estudos divulgados por instituições financeiras, tendo como critério para esse valor a retomada das atividades econômicas, pós vacinação contra a Covid-19;
- c) O Banco Central tem trabalhado com cenário de redução da Taxa SELIC,

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO

- d) Taxa de Desemprego alta com dificuldades no mercado de trabalho;

Contas Municipais:

A Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, diante do cenário que se aproxima e considerando o grande esforço de arrecadação desempenhado pela equipe da Secretaria de Fazenda, por meio de projetos e ações que estão sendo desenvolvidos para a melhora da arrecadação, trabalha com a expectativa de um incremento mínimo das Receitas Municipais próprias para o ano de 2022.

Com relação à composição dos recursos dos diversos Fundos Especiais do Município, é importante mencionar que grande parte desses valores é oriunda de transferências diretas da União e, em algumas situações, transferências do Estado do Rio de Janeiro.

Os principais Fundos do Município são o de Educação e de Saúde e seus orçamentos são compostos de aproximadamente 60% de recursos de transferências diretas da União.

Os demais Fundos do Município trabalham com expectativa de celebração de parcerias, de modo que possam incrementar suas receitas para a consecução dos seus objetivos principais.

Assim, observando o cenário econômico, temos que a queda do crescimento da economia nacional interferirá diretamente na forma de arrecadação dos principais fundos especiais do município, bem como afetar o sucesso na celebração de parcerias para consecução de objetivos específicos. Estas considerações foram levadas a cabo quando da elaboração dos riscos fiscais do Município.

Indicadores Utilizados

PIB nacional

O PIB nacional foi apurado com metodologia de cálculo sustentada nos valores referentes à série histórica, projetando-se para os exercícios financeiros vindouros até o ano de 2024

Inflação:

Os indexadores de inflação utilizados para o cálculo foram os das instituições

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO

de credibilidade, IBGE e FGV, tais indicadores trazem confiabilidade às projeções feitas.

Anexado, foi elaborado quadro contendo as informações que subsidiaram a elaboração do presente projeto de Lei, com a série histórica e projeções para os exercícios vindouros.

Foram essas, em síntese, as principais informações utilizadas na metodologia de cálculo que nos leva a propor a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
CENÁRIO ECONÔMICO - SÉRIE HISTÓRICA E PROJEÇÕES
2022

PIB NOMINAL BRASIL EM BILHÕES										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Exercício Financeiro	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PIB nominal (R\$ Bilhões)	R\$ 5.995,79	R\$ 6.269,33	R\$ 6.585,48	R\$ 7.004,14	R\$ 7.407,02	R\$ 7.478,13	R\$ 8.142,19	R\$ 8.780,56	R\$ 9.446,59	R\$ 10.139,13
Crescimento(% aa.)	-3,54	-3,28	1,32	1,80	1,41	4,50	3,60	3,00	3,00	3,00

CÂMBIO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Exercício Financeiro	3,33	3,49	3,19	3,65	3,95	5,15	5,36	5,34	5,41	5,47
Média Anual										
Término do Exercício	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,30	5,38	5,44	5,50

INFLAÇÃO ACUMULADA										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Exercício Financeiro	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	3,90	3,50	3,25	3,00
IPCA / IBGE (% a.a.)										
IGP-M /FGV (% a.a.)	10,54	7,17	(0,52)	7,54	7,30	23,14	8,62	4,10	3,80	3,50

Fonte: Relatório DEPEC - Bradesco Longo Prazo - Revisão 26.02.2021

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CALCULO
Memória de Cálculo - Receitas e despesas

2022

Cód.	RECEITAS	Série Histórica				Projeções	R\$ 1,00
		Realizada 2019	Realizada 2020	Orcada 2021	Indice Inflação IPCA (IBGE) P-2022		
2022	Indice Inflação IPCA (IBGE) P-2023	2023	Indice Inflação IPCA (IBGE) P-2024	R\$ 1,00			
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	287.247.627	287.247.627	289.350.000	1,0350	299.477.250	318.486.568
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	56.032.872	56.032.872	69.345.000	1,0350	71.772.075	76.327.807
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	1.513.548	1.513.548	1.659.500	1,0350	1.717.583	1.829.606
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	0	96.315	40.000	1,0350	41.400	44.028
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	833.706.228	833.706.228	762.617.000	1,0350	789.308.595	839.409.958
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.509.513	17.413.198	8.210.000	1,0350	8.497.350	8.773.514
2.0	RECEITAS DE CAPITAL	13.493.766	13.493.766	15.407.288	1,0350	15.946.543	16.664.806
9.0	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-75.627.051	-75.619.417	-75.868.000	1,0350	-78.523.380	-83.507.652
7.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	57.988.205	59.658.310	67.000.000	1,0350	69.345.000	71.598.713
7.3	RECEITA PATRIMONIAL	115.223	120.317	150.000	1,0350	155.250	164.556
7.6	RECEITA DE SERVIÇOS	0	0	0	1,0350	0	0
7.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES / INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	28.924.387	1,0350	0	0
	TOTAL RECEITA	1.191.979.932	1.193.662.764	1.166.835.175	1,0350	1.207.674.406	1.252.502.194
<hr/>							
Cód.	DESPESAS	Série Histórica				Projeções	R\$ 1,00
		Realizada 2019	Realizada 2020	Orcada 2021	% Cresc. 2020/2019	2022	
2023	2024						
3.0	DESPESAS CORRENTES	1.021.492.839	1.168.024.938	1.128.298.385	1,0350	1.167.788.828	1.241.914.224
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	476.903.140	594.655.797	600.574.624	1,0350	621.594.736	661.050.462
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.571.852	2.971.588	13.000.000	1,0350	13.455.000	14.309.056
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	542.017.847	570.397.554	514.723.760	1,0350	532.739.092	566.554.706
4.0	DESPESAS DE CAPITAL	18.195.051	37.262.121	38.136.790	1,0350	39.471.577	41.977.036
4.4	INVESTIMENTOS	7.135.716	28.950.659	26.056.790	1,0350	26.968.777	28.680.620
4.5	INVERSÕES FINANCEIRAS	150.000	-	-	1,0350	-	-
4.6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.909.334	8.311.492	11.580.000	1,0350	11.985.300	12.746.067
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000
	TOTAL DESPESA	1.039.687.889	1.205.287.059	1.167.425.174	1,0350	1.208.260.406	1.284.891.260

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO

Resultado Primário e Divida Consolidada
2022

R\$ 1,00

Cód.	RECEITAS	Série Histórica						Projeções		
		Realizada 2019	Realizada 2020	Orçada 2021	% Cresc. 2022	% Cresc. 2023	% Cresc. 2024			
1.1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.076.958.174	1.196.009.788	1.054.369.000	1.091.271.915	1.126.758.252	1.160.540.400			
1.2	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	287.941.937	287.247.627	289.350.000	1.0350	299.477.250	309.210.261	318.486.568		
1.3	IMPOSTO S/A PROP. PREDIAL/TERRITORIAL URBANA (IPTU)	117.732.685	112.643.947	109.100.000	1.0350	112.918.500	1.03250	116.588.351	1.03000	120.086.002
1.4	IMPOSTO S/A SERVIÇOS QUALQUER NATUREZA (ISS)	95.118.182	91.184.109	92.500.000	1.03500	92.737.500	1.03250	98.848.969	1.03000	101.814.438
1.5	IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	16.535.312	22.523.652	17.000.000	1.03500	17.595.000	1.03250	18.166.838	1.03000	18.711.843
1.6	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	27.750.490	32.899.838	33.500.000	1.03500	34.972.500	1.03250	35.799.356	1.03000	36.873.337
1.7	OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	30.705.268	27.996.882	37.250.000	1.03500	38.553.750	1.03250	39.806.747	1.03000	41.000.949
1.8	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	54.141.603	56.032.872	69.345.000	1.03500	71.772.075	1.03250	74.104.667	1.03000	76.327.807
1.9	RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	2.112.766	392.442	675.000	1.03500	658.625	1.03250	721.330	1.03000	742.970
2.0	RECEITA PATRIMONIAL	4.331.209	1.513.548	1.659.500	1.03500	1.717.583	1.03250	1.773.404	1.03000	1.826.606
2.1	(C) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.218.443	1.121.106	1.018.958	1.03500	1.052.074	1.03250	1.083.636	1.03000	44.028
2.2	RECETAS DE SERVIÇOS	181.540	0	40.000	1.03500	41.400	1.03250	42.746	1.03000	
2.3	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	793.373.739	833.706.228	789.508.595	1.03500	762.617.000	1.03250	814.961.124	1.03000	83.307.652
2.4	(-) DEDUÇÕES DA RECETA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	75.627.051	75.619.417	75.876.000	1.03500	78.523.380	1.03250	81.075.390	1.03000	755.902.307
2.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DEDUÇÕES	717.746.688	758.086.811	686.749.000	1.03500	710.785.215	1.03250	733.885.734	1.03000	8.773.514
2.6	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.509.513	8.210.000	1.03500	8.497.350	1.03250	16.464.816	1.03000	16.464.816	1.03000
2.7	RECEITAS DE CAPITAL (II)	15.015.180	15.407.288	15.946.543	1.03500	15.946.543	1.03250	16.464.816	1.03000	16.958.750
2.8	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III)	5.956.140	13.493.766	10.000.000	1.03500	10.350.000	1.03250	10.686.375	1.03000	11.006.966
2.9	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	1.840.000	6.935.088	0	-	0	-	0	-	0
3.0	ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	0	0	0	-	5.596.543	1.03250	5.778.431	1.03000	5.951.783
3.1	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (VI)	4.116.140	6.558.679	5.407.288	1.03500	5.596.543	1.03250	5.778.431	1.03000	5.951.783
3.2	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	-	-	-	-	-	-
3.3	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (II+III+IV+V)	4.116.140	6.558.679	5.407.288	1.03500	5.596.543	1.03250	5.778.431	1.03000	5.951.783
	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VII)	1.081.074.314	1.201.433.261	1.059.776.288	1.03500	1.096.868.458	1.03250	1.132.516.683	1.03000	1.166.492.183

Cód.	Despesas	Série Histórica					Projeções
		Realizada	Realizada	Orcada	% Var.	% Var.	
		2019	2020	2021	2022	2023	2024
3.0	DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.021.492.839	1.035.366.955	1.128.298.385	1.167.788.828	1.205.741.965	1.241.914.224
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	475.903.140	499.758.089	600.574.624	621.594.736	641.795.565	661.550.462
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	2.571.852	2.638.528	13.000.000	13.455.000	13.892.288	14.309.056
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	562.017.847	532.970.338	514.723.760	522.739.092	550.053.112	566.554.706
	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.018.920.987	1.032.778.427	1.115.298.385	1.154.333.828	1.191.849.678	1.227.605.168
4.0	DESPESAS DE CAPITAL (XI)						
4.4	INVESTIMENTOS	18.195.051	25.775.922	38.136.790	38.954.077	40.220.085	41.426.637
4.5	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	7.135.716	18.017.671	26.056.790	26.968.777	27.845.263	28.680.620
	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (XII)	-	-	-	-	-	-
	AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO (XIII)	-	-	-	-	-	-
	DEMAIS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	150.000	-	-	-	-	-
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	10.909.334	7.758.251	11.580.000	11.983.300	12.374.832	12.746.067
4.6	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	7.285.716	18.017.671	26.556.790	26.968.777	27.845.263	28.680.620
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-
	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	1.026.206.703	1.050.746.098	1.142.855.174	1.182.302.606	1.220.694.940	1.257.285.788
	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-VIII)	54.867.611	73.501.296	(68.522.097)	(85.434.148)	(88.178.257)	(90.793.605)

Dívida Consolidada

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	251.864.072	263.807.583	221.578.332	159.404.346	98.775.132	64.742.487
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	246.713.028	131.196.658	110.190.904	79.271.781	49.120.873	32.196.439

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - Contadoria Geral do Município - RGF - Demonstrativo da Dívida Consolidada - 3º Quadrimestre de 2019 e 2020 e RREO 6º Bimestre 2019 e 2020

R\$ 1,00

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	4.026.030,39	Providências contra demandas judiciais	4.026.030,39
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Interrupção de programas de investimento	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	Providências contra dívidas em processo de reconhecimento	0,00
Assunção de Passivos	0,00	Providências contra avais e garantias concedida	0,00
Assistências Diversas/ Riscos Desastres Naturais	67.805.800,00	Providências contra Assunção de Passivo	0,00
Outros Passivos Contingentes	5.180.000,00	Providências para assistências diversas	67.805.800,00
SUBTOTAL	77.011.830,39	Utilização da Reserva de Contingenci.	2.000.000,00
		Transferências de saldos de dotações para cobertura dos gastos	65.805.800,00
		Providências para outros passivos contingente	5.180.000,00
		Transferências de saldos de dotações para cobertura dos gastos	5.180.000,00
		SUBTOTAL	77.011.830,39
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	11.000.000,00	Providências para frustrações de arrecadaçā	11.000.000,00
Resistuição de Tributo a Maior	400.000,00	Interrupção de programas de investimento	4.000.000,00
Discrepância de Projeções	5.000.000,00	Impedimento em firmar novas despesa	7.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	0,00	Providências para frustrações de arrecadaçā	400.000,00
SUBTOTAL	16.400.000,00	Transferências de saldos de dotações para cobertura dos gastos	400.000,00
TOTAL	93.411.830,39	Providências para discrepâncias de projeções	5.000.000,00
		Impedimento em firmar novas despesa	5.000.000,00
		Providências para outros riscos fiscali	500.000,00
		Utilização de saldos em reservas de contingêncie	16.900.000,00
		TOTAL	93.911.830,39

FONTE: Informações das Unidades Gestoras da Prefeitura Municipal de Petrópolis

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a / PIB)^x	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b / PIB)^x	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c / PIB)^x	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (d)	Valor Constante (d / PIB)^x	% RCL (d / RCL) x 100
Receita Total	1.207.674.406	1.166.835.175	-	1.216.018.400	1.137.914.775	-	1.252.502.194	1.137.917.721	-	1.252.502.194	1.137.917.721	-
Receitas Primárias (I)	1.096.868.458	1.059.776.288	-	1.132.516.683	1.059.776.288	-	1.166.492.183	1.059.776.288	-	1.166.492.183	1.059.776.288	-
Despesa Total	1.208.260.406	1.167.401.358	-	1.247.496.369	1.167.370.945	-	1.284.891.260	1.167.343.690	-	1.284.891.260	1.167.343.690	-
Despesas Primárias (II)	1.182.302.606	1.142.321.358	-	1.220.694.940	1.142.290.945	-	1.257.285.788	1.142.263.690	-	1.257.285.788	1.142.263.690	-
Resultado Primário (III) = (I – II)	-85.434.148	-82.545.070	-	-88.178.257	-82.514.658	-	-90.793.605	-82.487.402	-	-90.793.605	-82.487.402	-
Resultado Nominal	-30.919.123	-29.873.549	-	-30.150.908	-28.214.346	-	32.196.439	29.250.965	-	32.196.439	29.250.965	-
Divida Pública Consolidada	159.404.346	154.013.861	-	98.775.132	92.430.905	-	64.742.487	58.819.555	-	64.742.487	58.819.555	-
Divida Pública Consolidada Líquida	79.271.781	76.591.093	-	49.120.873	45.965.889	-	32.196.439	29.250.965	-	32.196.439	29.250.965	-
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Cenário Macroeconômico

Variáveis	2022	2023	2024
	Receita Corrente Líquida²	1.174.927.033,10	1.174.927.033,10

Fonte: RGF 3º Quadrimestre de 2020 e Manual para Instrução de Pleitos do Ministério da Fazenda - 17 - Limites e Condições de Endividamento - 17.2.5 - Fator de atualização anual 2020 (atual).

Notas:

¹Com relação à coluna de % do PIB: "Para Municípios essa coluna também é opcional, e, caso seja preenchida, poderá observar os índices do Relatório Metodológico de Cálculo disponibilizado pelo IBGE, na página <<https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default.shtml>>, ou será apresentado em relação ao valor projetado do PIB dos respectivos Estados, até um milésimo por cento (0,001%)." (Manual de Demonstrativos Fiscais do Tesouro Nacional - 9º Edição - Versão 3 - 18/12/2018);

²Com relação ao % da RCL, "A projeção da RCL pode ser feita mediante aplicação do fator de atualização divulgado pelo Ministério da Fazenda, conforme §6º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001." (Manual de Demonstrativos Fiscais do Tesouro Nacional - 9ª Edição - Versão 3 - 18/12/2018). O Fator aplicado a partir de 23.11.2020, segundo o Manual para Instrução de Pleitos do STN foi o de 1,011365855, para o exercício financeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

ESPECIFICAÇÃO	AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)			METAS REALIZADAS EM 2020			VARIAÇÃO		
	METAS PREVISTAS EM LDO 2020	% PIB ¹	% RCL ²	(a)	(b)	% PIB ¹	% RCL ²	VALOR	% (c) = (b-a) / 100
Receita Total	1.130.437.232	0,159%	97,307%	1.280.032.300	0,180%	110,184%	149.595.068	R\$ 1,00 0,021%	
Receitas Primárias (I)	1.129.415.237	0,158%	97,219%	1.201.433.261	0,169%	103,418%	72.018.024	0,010%	
Despesa Total	1.130.437.232	0,159%	97,307%	1.269.282.181	0,178%	109,259%	138.844.949	0,019%	
Despesas Primárias (II)	1.089.165.420	0,153%	93,754%	1.139.061.016	0,160%	98,049%	49.895.596	0,007%	
Resultado Primário (III) = (I-II)	40.249.817	0,006%	3,465%	62.372.245	0,009%	5,369%	22.122.428	0,003%	
Resultado Nominal	-47.742.337	-0,007%	-4,110%	71.798.169	0,010%	6,180%	119.540.506	0,017%	
Dívida Pública Consolidada	157.609.547	0,022%	13,567%	253.879.740	0,036%	21,854%	96.270.193	0,014%	
Dívida Consolidada Líquida	61.593.446	0,009%	5,302%	120.887.283	0,017%	10,406%	59.293.837	0,008%	

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020; RREO 6 Bimestre 2020 - DOM 6103 de 30.01.2020

Notas:

¹PB do Estado do Rio de Janeiro de 2019 estimado em R\$ 689.609.619.160,00 - de acordo com a FIRJAN. Para fins metodológicos estimativos de 2021, estimou-se um incremento no PIB de 3,3%, conforme relatório elaborado pela FIRJAN, disponibilizado em <<https://www.firjan.com.br/unis/portais/firjan/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A74AB6B160174B62053E3328E#~;text=Nº0%20segundo%20trimestre%20de%202020,queda%20record%C3%A9rio%20hist%C3%A9rico%20trical>>

² RCL do município em 2020 apurada no RGF 3º Quadrimestre 2020 de R\$ 1.161.723.056,48

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						%
	2019	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	1.143.417.726,00	1.280.032.299,90	11,59%	1.166.835.175,00	-8,84%	1.207.674.406,13	3,50%
Receitas Primárias (I)	1.081.074.314,00	1.201.433.260,90	11,13%	1.059.776.287,84	-11,79%	1.096.868.457,91	3,50%
Despesa Total	1.039.687.889,00	1.269.282.181,30	22,08%	1.167.435.174,45	-8,02%	1.208.260.405,56	3,50%
Despesas Primárias (II)	1.026.206.703,00	1.139.061.016,10	11,00%	1.142.855.174,45	0,33%	1.182.302.605,56	3,45%
Resultado Primário (III) = (I - II)	54.867.611,00	62.372.244,80	13,68%	-68.522.096,93	0,00%	-85.434.147,64	0,00%
Resultado Nominal	-39.366.656,00	71.798.169,10	0,00%	-21.005.733,18	0,00%	-30.919.123,15	47,19%
Dívida Pública Consolidada	252.242.969,00	221.578.331,72	-12,16%	221.578.331,72	0,00%	159.404.345,90	-28,06%
Dívida Consolidada Líquida	161.116.189,00	110.190.904,36	-31,61%	110.190.904,36	0,00%	79.271.781,22	-28,05%
						49.120.873,01	-38,03%
						32.196.438,71	-26,78%
						64.742.486,84	-34,45%
						32.196.438,71	-34,45%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						%
	2019	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	1.246.609.026,15	1.337.889.759,86	7,32%	1.166.835.175,00	-12,79%	1.166.835.175,00	0,00%
Receitas Primárias (I)	1.178.639.238,42	1.255.738.044,29	6,54%	1.059.776.287,84	-15,61%	1.059.776.287,84	0,00%
Despesa Total	1.133.517.766,37	1.326.653.735,89	17,04%	1.167.435.174,45	-12,00%	1.167.401.358,02	0,00%
Despesas Primárias (II)	1.118.819.928,68	1.190.546.574,03	6,41%	1.142.855.174,45	-4,01%	1.142.321.358,02	-0,05%
Resultado Primário (III) = (I - II)	59.819.309,74	65.191.470,26	0,00%	-68.522.096,93	0,00%	-82.545.070,18	0,00%
Resultado Nominal	-42.919.422,69	75.043.446,34	0,00%	-21.005.733,18	0,00%	-29.873.548,94	42,22%
Dívida Pública Consolidada	275.007.422,74	231.593.672,31	-15,79%	221.578.331,72	-4,32%	154.013.860,77	-30,45%
Dívida Consolidada Líquida	175.656.622,16	115.171.533,24	-34,43%	110.190.904,36	-4,32%	76.591.092,96	0,00%
						45.854.860,57	-40,13%
						29.180.310,72	-36,36%

Fonte: LDO 2020; LDO 2021 - RREO 6b de 2019 e 2020

IPCA (IBGE) - SÉRIE HISTÓRICA E PROJEÇÕES - Inflação/Deflação		Índice
2018	Valor corrente	x
2019	Valor corrente	x
2020	Valor corrente	x
2021	Valor corrente	÷
2022	Valor corrente	÷
2023	Valor corrente	÷
2024	Valor corrente	÷

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Patrimônio/Capital		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado		92.593.677,30	100%	221.383.600,07	100%	-1.396.989.233,15	100%
TOTAL		92.593.677,30	100,00%	221.383.600,07	100%	-1.396.989.233,15	100,00%
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados		27.982.023,47	100%	-11.687.637,50	100%	-2.351.618.853,06	100%
TOTAL		27.982.023,47	100%	-11.687.637,50	100%	-2.351.618.853,06	100%

FONTE: Sistema Contábil I.maq - Balanço - Patrimonial da PMP e do INPAS- exercícios 2020/2019 e 2018.

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.40, § 2o, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2020 (g) = ((Ia - IIa) + IIIh)	2019 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2018 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil	33.319.193,78	33.146.476,86	34.794.995,82
Contribuição do Servidor Ativo Civil	29.480.896,13	28.179.480,41	30.703.789,36
Contribuição do Servidor Inativo Civil	29.423.052,98	28.081.888,89	30.642.989,06
Contribuição de Pensionista Civil			
Pessoal Militar	57.843,15	97.591,35	60.800,30
Receita de Contribuições Patronais			
Pessoal Civil			
Contribuição do Servidor Ativo Civil			
Contribuição do Servidor Inativo Civil			
Contribuição de Pensionista Civil			
Pessoal Militar			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	70.953,12	236.424,41	419.453,46
Receita de Serviços	46.459,50	4.197,55	0,00
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	7.946.104,00	29.028,53	28.010,33
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	3.641.423,99	4.697.345,96	3.643.742,67
Demais Receitas Correntes	84.396.046,77	57.988.205,47	59.778.626,98
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + III-II)	117.715.240,55	91.134.682,23	94.573.622,80

<u>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</u>	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (V)			
Despesas Correntes	4.933.022,23	6.108.525,85	5.996.650,79
Despesas de Capital	4.921.833,23	6.103.978,95	5.988.792,99
PREVIDÊNCIA (VI)			
Benefícios - Civil	11.189,00	4.546,90	7.857,80
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	128.291.149,07	140.930.766,19	152.918.023,39
Outras Despesas Previdenciárias	128.289.912,38	140.924.465,57	152.912.324,73
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	1.236,69	6.300,62	5.698,66
Demais Despesas Previdenciárias	495.295,78	575.353,91	527.108,24
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	133.719.467,08	147.614.645,95	159.441.782,42
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV- VII)	-16.004.226,53	-56.479.963,72	-64.868.159,62

<u>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

<u>RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA O RPPS</u>	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>	2018	2019	2020
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	3.220.626,68	3.644.490,18	10.300.561,64
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	3.220.626,68	3.644.490,18	10.300.561,64

Fonte: INPAS - RREO 6b

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO
 2022

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (c)
2021	10.787.213,48	13.713.465,33	(2.378.039,24)	7.135.749,05
2022	11.652.446,17	13.165.252,73	(848.923,49)	4.757.709,81
2023	12.763.444,94	12.501.369,66	1.017.113,20	3.908.786,32
2024	13.953.443,96	11.746.331,74	3.030.461,40	4.925.899,52
2025	15.267.211,19	10.922.982,56	5.214.800,05	7.956.360,92
2026	16.641.191,43	10.052.411,14	6.980.518,70	13.171.160,97
2027	18.202.027,46	9.660.672,74	9.085.339,62	20.151.679,66
2028	19.829.094,02	9.116.687,84	10.828.570,87	29.237.019,28
2029	17.191.286,97	9.000.523,15	8.719.360,25	40.065.590,15
2030	18.508.615,61	8.471.926,72	10.443.675,79	48.784.950,40
2031	19.982.751,74	8.064.939,82	12.369.330,17	59.228.626,19
2032	21.531.737,79	7.613.421,57	14.203.352,85	71.597.956,36
2033	23.225.484,65	7.328.384,94	16.185.091,08	85.801.309,21
2034	25.021.860,55	7.040.393,57	18.144.380,70	101.986.400,29
2035	26.912.926,38	6.877.479,84	20.098.195,31	120.130.780,99
2036	28.969.791,16	6.814.731,07	22.387.693,12	140.228.976,31
2037	31.055.015,45	6.582.098,05	24.348.273,94	162.616.669,42
2038	33.281.531,42	6.706.741,51	26.527.940,35	186.964.943,36
2039	35.598.291,95	6.753.591,07	28.787.333,58	213.492.883,72
2040	38.040.999,06	6.810.958,37	31.080.850,31	242.280.217,29
2041	40.536.686,01	6.960.148,75	33.306.011,76	273.361.067,60
2042	43.138.989,38	7.230.674,25	35.620.494,87	306.667.079,36
2043	45.892.574,99	7.518.494,51	38.311.736,28	342.287.574,23
2044	48.705.451,00	7.580.838,71	40.817.036,60	380.599.310,51
2045	51.616.711,67	7.888.414,40	43.481.897,80	421.416.347,11
2046	54.618.628,59	8.134.813,86	46.255.440,37	464.898.244,91
2047	57.694.610,15	8.363.188,22	49.042.556,14	511.153.685,28
2048	60.896.648,96	8.652.054,01	52.114.555,28	560.196.241,43
2049	64.247.819,07	8.782.093,68	55.407.181,70	612.310.796,70
2050	67.702.674,05	8.840.637,37	58.789.713,56	667.717.978,40
2051	71.291.817,90	8.912.960,49	62.399.739,99	726.507.691,96
2052	75.042.130,33	8.892.077,91	66.193.122,20	788.907.431,96
2053	78.958.001,35	8.849.008,13	70.250.601,96	855.100.554,16
2054	83.055.082,80	8.707.399,39	74.508.188,04	925.351.156,12
2055	87.328.765,80	8.546.894,77	79.003.697,18	999.859.344,16
2056	91.802.104,56	8.325.068,62	83.716.199,38	1.078.863.041,34
2057	96.484.503,84	8.085.905,18	88.662.745,36	1.162.579.240,73
2058	101.392.561,04	7.821.758,47	93.846.833,44	1.251.241.986,09
2059	106.540.549,73	7.545.727,60	99.282.997,93	1.345.088.819,53
2060	111.946.253,79	7.257.551,80	104.984.468,08	1.444.371.817,46
2061	117.627.884,37	6.961.785,71	110.968.596,00	1.549.356.285,55
2062	123.604.354,37	6.659.288,37	117.253.336,37	1.660.324.881,55
2063	129.896.486,29	6.351.018,00	123.858.449,95	1.777.578.217,91
2064	136.527.127,75	6.038.036,34	130.805.635,65	1.901.436.667,86
2065	143.521.108,23	5.721.492,10	138.118.484,57	2.032.242.303,51
2066	150.905.188,39	5.402.623,66	145.822.429,20	2.170.360.788,08
2067	158.708.057,57	5.082.759,19	153.944.725,07	2.316.183.217,28
2068	166.960.483,69	4.763.332,49	162.514.672,24	2.470.127.942,36
2069	175.695.492,51	4.445.811,44	171.563.852,44	2.632.642.614,60
2070	184.948.337,51	4.131.640,07	181.126.076,73	2.804.206.467,04
2071	194.756.415,25	3.822.260,77	191.237.331,72	2.985.332.543,77

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (c)
2072	205.159.403,32	3.519.083,53	201.935.923,63	3.176.569.875,50
2073	216.199.511,93	3.223.479,69	213.262.734,62	3.378.505.799,12
2074	227.921.603,56	2.936.777,30	225.261.366,89	3.591.768.533,75
2075	240.373.313,27	2.660.236,67	237.978.275,38	3.817.029.900,64
2076	253.605.280,10	2.395.037,89	251.463.015,48	4.055.008.176,02
2077	267.671.255,03	2.142.264,62	265.768.383,43	4.306.471.191,50
2078	282.628.092,48	1.902.871,59	280.950.427,07	4.572.239.574,93
2079	298.535.855,61	1.677.665,41	297.068.544,82	4.853.190.002,00
2080	315.458.079,38	1.467.310,79	314.185.752,12	5.150.258.546,82
2081	333.461.940,06	1.272.327,26	332.368.887,74	5.464.444.298,94
2082	352.618.036,03	1.093.052,31	351.688.423,17	5.796.813.186,68
2083	372.999.905,74	929.612,87	372.217.974,65	6.148.501.609,85
2084	394.683.659,21	781.931,09	394.033.916,60	6.520.719.584,50
2085	417.747.836,17	649.742,61	417.215.206,27	6.914.753.501,09
2086	442.273.420,95	532.629,91	441.843.355,52	7.331.968.707,36
2087	468.344.073,62	430.065,43	468.002.644,25	7.773.812.062,88
2088	496.046.692,93	341.429,37	495.780.690,28	8.241.814.707,13
2089	525.472.400,50	266.002,65	525.269.452,15	8.737.595.397,41
2090	556.717.755,00	202.948,35	556.566.464,38	9.262.864.849,55
2091	589.885.852,79	151.290,62	589.775.936,99	9.819.431.313,93
2092	625.086.954,38	109.915,79	625.009.358,69	10.409.207.250,93
2093	662.438.553,60	77.595,69	662.385.526,88	11.034.216.609,62
2094	702.065.315,62	53.026,72	702.030.417,96	11.696.602.136,50
2095	702.065.315,62	34.897,67	702.030.417,96	12.398.632.554,46

FONTE: INPAS (www.inpas.rj.gov.br) - Disponível em: <https://inpas.rj.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2019/06/Aval_Atu_Pet_Dez_18_2.pdf>

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
2022

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2021	180.773.435,58	180.773.435,58	-	-
2022	193.456.546,08	193.456.546,08	-	-
2023	208.787.356,57	208.787.356,57	-	-
2024	218.728.870,05	218.728.870,05	-	-
2025	226.438.684,26	226.438.684,26	-	-
2026	233.102.834,80	233.102.834,80	-	-
2027	239.844.463,31	239.844.463,31	-	-
2028	244.964.090,19	244.964.090,19	-	-
2029	248.581.573,98	248.581.573,98	-	-
2030	251.579.698,03	251.579.698,03	-	-
2031	254.290.708,38	254.290.708,38	-	-
2032	255.583.076,11	255.583.076,11	-	-
2033	256.320.627,79	256.320.627,79	-	-
2034	256.135.625,92	256.135.625,92	-	-
2035	254.585.937,30	254.585.937,30	-	-
2036	252.524.297,25	252.524.297,25	-	-
2037	248.872.157,58	248.872.157,58	-	-
2038	244.937.922,67	244.937.922,67	-	-
2039	240.070.762,72	240.070.762,72	-	-
2040	234.965.267,32	234.965.267,32	-	-
2041	229.050.694,19	229.050.694,19	-	-
2042	222.789.606,67	222.789.606,67	-	-
2043	216.088.355,52	216.088.355,52	-	-
2044	208.605.404,62	208.605.404,62	-	-
2045	201.008.771,15	201.008.771,15	-	-
2046	192.697.053,52	192.697.053,52	-	-
2047	184.225.932,67	184.225.932,67	-	-
2048	175.535.631,18	175.535.631,18	-	-
2049	166.825.833,83	166.825.833,83	-	-
2050	158.010.911,36	158.010.911,36	-	-
2051	149.210.863,45	149.210.863,45	-	-
2052	140.528.689,64	140.528.689,64	-	-
2053	131.975.376,16	131.975.376,16	-	-
2054	123.575.355,52	123.575.355,52	-	-
2055	115.338.437,14	115.338.437,14	-	-
2056	107.323.361,09	107.323.361,09	-	-
2057	99.551.650,67	99.551.650,67	-	-
2058	92.046.777,36	92.046.777,36	-	-
2059	84.824.774,66	84.824.774,66	-	-
2060	77.903.452,92	77.903.452,92	-	-
2061	71.296.125,69	71.296.125,69	-	-
2062	65.012.335,30	65.012.335,30	-	-
2063	59.059.659,63	59.059.659,63	-	-
2064	53.443.405,53	53.443.405,53	-	-
2065	48.166.109,00	48.166.109,00	-	-

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (c)
2066	43.227.327,07	43.227.327,07	-	-
2067	38.623.915,63	38.623.915,63	-	-
2068	34.350.657,36	34.350.657,36	-	-
2069	30.400.728,15	30.400.728,15	-	-
2070	26.765.727,48	26.765.727,48	-	-
2071	23.435.648,61	23.435.648,61	-	-
2072	20.399.200,64	20.399.200,64	-	-
2073	17.644.196,59	17.644.196,59	-	-
2074	15.157.644,11	15.157.644,11	-	-
2075	12.925.877,94	12.925.877,94	-	-
2076	10.934.975,82	10.934.975,82	-	-
2077	9.170.986,40	9.170.986,40	-	-
2078	7.619.788,13	7.619.788,13	-	-
2079	6.267.028,32	6.267.028,32	-	-
2080	5.098.333,13	5.098.333,13	-	-
2081	4.099.420,47	4.099.420,47	-	-
2082	3.255.880,80	3.255.880,80	-	-
2083	2.552.909,39	2.552.909,39	-	-
2084	1.975.351,45	1.975.351,45	-	-
2085	1.507.966,90	1.507.966,90	-	-
2086	1.135.660,67	1.135.660,67	-	-
2087	843.675,13	843.675,13	-	-
2088	617.887,20	617.887,20	-	-
2089	445.369,09	445.369,09	-	-
2090	314.998,26	314.998,26	-	-
2091	217.733,73	217.733,73	-	-
2092	146.441,60	146.441,60	-	-
2093	95.435,27	95.435,27	-	-
2094	60.040,81	60.040,81	-	-
2095	60.040,81	60.040,81	-	-

FONTE: INPAS (www.inpas.rj.gov.br) - Disponível em: <https://inpas.rj.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2019/06/Aval_Atu_Pet_Dez_18_2.pdf>

PROCESSO	ANO	EMPRESA	Vencimento	Inscrição Municipal	TRIBUTO	MODALIDADE	RENUNCIADA			COMPENSAÇÃO	
							2022	2023	2024	INVESTIMENTO PREVISTO	EMPRESAS DIRIGIDAS E/OU INDIRETOS PREVISTOS
										IPTU	IPTU
										ITBI	ITBI
14029	2008	ASSOCIAÇÃO FERINHA DE ITAIAPAVA	23/9/2023	65704	IPTU	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X		
					ITBI	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X		
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	X	0,00	0,00	X		
					TAXA OBRAIS	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X	24.000,00	0
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X		5.854,23
					TAXA DE PUBLICIDADE	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X		
					ISSQN	X	0,00	0,00	X		
					ISS	X	0,00	0,00	X		
					IPFU	X	0,00	0,00	0,00		
					ITBI	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
22914	2013	CFG RIO S.A.	18/7/2044	305779	IPTU	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					ITBI	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00		
					ISSQN	X	0,00	0,00	0,00		
					ISS	X	0,00	0,00	0,00		
					IPFU	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	X		
					ITBI	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	X	X		
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	X	X		
					TAXA OBRAS	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	X	X		
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	X	X		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	X		
					ISSQN	X	0,00	0,00	X		
					ISS	X	0,00	0,00	X		
					IPFU	REDUÇÃO	2% (REDUÇÃO DE 60%)	X	X		
					ITBI	SENTECÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA OBRAS	SENTECÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00		
					ISSQN	X	0,00	0,00	0,00		
					ISS	X	0,00	0,00	0,00		
					IPFU	SENTECÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					ITBI	SENTECÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA OBRAS	SENTECÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO		
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00		
					ISSQN	X	0,00	0,00	0,00		
					ISS	X	0,00	0,00	0,00		
					IPFU	X	0,00	0,00	0,00		
					ITBI	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA DE LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA DE OBRAS	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	0,00	0,00	0,00		
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	X	0,00	0,00	0,00		
					ISS	X	0,00	0,00	0,00		
					ISSQN	X	0,00	0,00	0,00		
					IPFU	REDUÇÃO	2% (REDUÇÃO DE 60%)	2% (REDUÇÃO DE 60%)	2% (REDUÇÃO DE 60%)		
28879	2013	RESERVA VERDEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	[fin das obras ou no mês, até 28/12/2025]	58688	ISSQN	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
					IPFU	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PROCESSO	ANO	EMPRESA	Vencimento	Inscrição Municipal	TRIBUTO	MODALIDADE	RENÚNCIA			COMPENSAÇÃO			
							2022	2023	2024	INVESTIMENTO PREVISTO	EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS PREVISTOS	ISSQN	IPTU
415661	2016	SOLA CONSTRUTORA LTDA ["Bosque da Nogueira"]	19/12/2026		TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado	15.000.000,00	0		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTE	X	0,00	0,00	0,00				
					ISS	Redução	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)				
					ISSQN	Isenção	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)				
					IPTU	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					ITBI	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXAS DE OBRAS	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
415660	2016	SOLA CONSTRUTORA LTDA ["Bosque do Samambaiá"]	19/12/2026		TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado	15.000.000,00	15		
					TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTE	X	0,00	0,00	0,00				
					ISS	Redução	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)				
					ISSQN	Isenção	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)				
					IPTU	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					ITBI	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXAS DE OBRAS	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
20961	2014	SOIA CONSTRUTORA LTDA [Bosque de Montreal]	29/12/2025	20961	TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTE	X	0,00	0,00	0,00				
					ISS	Redução	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)	2% (redução de 60%)				
					ISSQN	Isenção	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)	0% (redução de 100%)				
					IPTU	Isenção	0,00	0,00	0,00				
					ITBI	Isenção	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXAS DE OBRAS	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	0,00	0,00	0,00				
3133	2016	GF Celma Ltda	28/12/2025		TAXA DE PUBLICIDADE	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTE	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXAS DE OBRAS	X	0,00	0,00	0,00				
					TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	0,00	0,00	0,00				
					ISS	Isenção	0,00	0,00	0,00		0		
					ISSQN	Isenção	0,00	0,00	0,00				
					IPTU	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					ITBI	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE LICENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXAS DE OBRAS	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE PUBLICIDADE	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
					TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTE	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado				
38267	2017	Centro da Montanha Residencial	[No max. até 21/11/2027]	320577	TAXA DE PUBLICIDADE	Isenção	Não informado	Não informado	Não informado	80.250.000,00	50	23.747,37	

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

ANEXO DE PETRÓPOLIS
PRIZES ORÇAMENTÁRIA
DE METAS FISCAIS
SAÇÃO DA RENÚNCIA

307

PROCESSO	ANO	EMPRESA	Vencimento	Inscrição Municipal	TRIBUTO	MODALIDADE	RENÚNCIA			COMPENSAÇÃO				
							2022	2023	2024	INVESTIMENTO PREVISTO	EMPREGOS(DIRETOS E/OU INDIRETOS) PREVISTOS	ISSQN	IPTU	TIBI
64125	2019	GE CELMA LTDA	9/12/2054				ISS IPTU ITBI TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	X X X X X X X	X NAO INFORMADO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	X NAO INFORMADO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	X NAO INFORMADO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
64123	2019	AVIO DO BRASIL LTDA	9/12/2054				ISS IPTU ITBI TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	X X X X X X X	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
13207	2015	EB SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA - ME	29/1/2023				ISS IPTU ITBI TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	X X X X X X X	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
22726	2017	CEREAIS BRAM LTDA	2/2/2021				ISS IPTU ITBI TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	X X X X X X X	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	20.000,00	11	
12730	2012	DUETO EMPREENDIMENTOS	3/12/2022				ISS IPTU ITBI TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	X X X X X X X	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	21.000.000,00	220	

PROCESSO	ANO	EMPRESA	Vencimento	Inscrição Municipal	TRIBUTO	MODALIDADE	RENUNCIÁ			COMPENSAÇÃO				
							2022	2023	2024	INVESTIMENTO PREVISTO	EMPREGOS(DIRETOS E INDIRETOS) PREVISTOS	ISSQN	IPTU	ITBI
4.2484	2020	Artcons estruturas metálicas	x				TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	ISENÇÃO x x	NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO x x			
39484	2020	Be hive Hidromel	x				TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	ISENÇÃO x x	NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO x x			
32005	2020	L'TN Ind. alimentícia	x				TAXA OBRAIS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	ISENÇÃO ISENÇÃO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x			
47397	2020	Recamel Industria	x				TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAIS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	ISENÇÃO ISENÇÃO ISENÇÃO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x			
34698	2020	Thunder Rayções	x				TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO TAXA OBRAIS TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA TAXA DE PUBLICIDADE ISSQN	ISENÇÃO ISENÇÃO ISENÇÃO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x	NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO NÃO INFORMADO x x			

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIÁ BE RECEITA

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2022

AMF - Demonstrativo 7 (Lei art. 4º, § 2º, inciso VI)

PROCESSO	ANO	EMPRESA	Vencimento	Inscrição Municipal	TRIBUTO	MODALIDADE	RENÚNCIA			INVESTIMENTO PREVISTO	EMPREGOS DIRETOS OS E/OU INDIRETOS PREVISTOS	COMPENSAÇÃO	ISSQN	IPNU	ITBI	R\$ 1,00
							2022	2023	2024							
2837	2020	Lexmar Ind. E Com. De malhas Ltda	x		TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					TAXA OBRAS	x	x	x	x							
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					TAXA DE PUBLICIDADE	x	x	x	x							
					ISSQN	x	x	x	x							
					ISS	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					IPTU	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					ITBI	x	x	x	x							
					TAXA LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					TAXA OBRAS	x	x	x	x							
					TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							
					TAXA DE PUBLICIDADE	x	x	x	x							
					ISSQN	x	x	x	x							
					ISS	ISENÇÃO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO							

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	R\$ 1,00
(+) Transferências Constitucionais	0,0
(-) Transferências ao FUNDEB	0,0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,0
Redução Permanente de Despesa (II)	0,0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,0
Novas DOCC	0,0
Novas DOCC geradas por PPP	0,0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,0

FONTE: Secretaria de Fazenda